(Brasão)

CÂMARA MUNICIPAL DA MADALENA
 ALVARÁ DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE
 RECINTO ITINERANTE
 IMPROVISADO
 FUNCIONAMENTO ACESSÓRIO
 N.º _____ / _____
 EMITIDA EM ____/____/____

1. Titular da licença: _____
2. Sede ou Morada: _____
- Código Postal: _____ Telef.: _____ C.
 Fiscal: _____
3. Actividade autorizada: _____
4. Localização exacta do exercício da actividade autorizada: _____
5. Tipo de recinto: _____
6. Lotação do recinto para cada uma das actividades: _____
 lugares - _____ sentados e _____ de pé
7. Data do Início da Licença: ____/____/200__
8. Data do termo da Licença: ____/____/200__
9. Horário autorizado: Das ____/____ horas às ____/____ horas
10. Apólice de seguro de responsabilidade civil n.º _____
 válida até _____
11. Apólice de seguro de acidentes pessoais n.º _____
 válida até _____
12. Condicionantes para o seu funcionamento: _____

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro.

O Presidente de Câmara

Jorge Manuel Pereira Rodrigues

(Brasão)

CÂMARA MUNICIPAL DA
 ALVARÁ DE LICENÇA ESPECIAL DE RUIDO
 LICENÇA ESPECIAL DE RUIDO N.º
 EMITIDA EM ____/____/____

Nos termos do artigo 9.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 259/2002, de 23 de Novembro, é emitido o presente Alvará de Licença Especial de Ruído.

1. Titular da Licença: _____
2. Sede ou Morada: _____
- Código Postal: _____ Telef _____
 NIPC: _____ C. Fiscal: _____
3. Actividade autorizada: _____
4. Localização exacta ou o percurso definido para o exercício da actividade autorizada: _____
5. Data de Início da Licença:/...../200...
6. Data do termos da Licença:/...../200...
7. Horário autorizado: Das/.....horas às/.....horas
8. Medidas de prevenção e de redução do ruído provocado pela actividade: _____
9. Outras medidas: _____

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos previstos no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro.

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Pereira Rodrigues

CÂMARA MUNICIPAL DE MARVÃO

Aviso n.º 2707/2005 (2.ª série) — AP. — Por meu despacho de 18 de Fevereiro foi renovado o contrato de trabalho a termo certo, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, conjugada com o artigo 26.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, a partir de 1 de Abril de 2005, por mais um ano, com Cláudia Sofia Pereira Garcia, na categoria de técnico superior de 2.ª classe — arqueologia.

21 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Manuel Carrilho Bugalho*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MEDA

Aviso n.º 2708/2005 (2.ª série) — AP. — *Início de contrato de trabalho a termo certo.* — Em cumprimento do estipulado o n.º 1, alínea b), do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que foram celebrados, entre esta Câmara Municipal e os trabalhadores abaixo mencionados, contratos de trabalho a termo resolutivo, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com início a 1 de Março de 2005:

Luís Jorge Saraiva Esteves — fiel de armazém.
 Susana Isabel Esteves Honrado — técnico superior de 2.ª classe, serviço social.
 Ana Brígida da Silva Cruz — técnico superior de 2.ª classe de história — variante arqueologia.

(Processos isentos de fiscalização do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

15 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *João Germano Mourato Leal Pinto*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA

Aviso n.º 2709/2005 (2.ª série) — AP. — *Mérito excepcional.* — Para os devidos efeitos se torna público que a Câmara Municipal de Mira, em reunião de 25 de Janeiro de 2005, deliberou atribuir a menção de mérito excepcional aos funcionários abaixo designados, permitindo a redução do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira.

Para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, os motivos da atribuição do mérito excepcional foram os seguintes:

Considerou a Câmara Municipal, que os funcionários ao longo da sua carreira têm demonstrado elevado profissionalismo e sentido de responsabilidade;
 Considerou que no exercício das suas funções souberam sempre actuar de forma amigosa imprimindo à sua actuação uma imagem de eficiência, zelo, dedicação, rigor, lealdade e competência;
 Atendendo às suas atitudes, pautadas por critérios de confiança, de motivação e de lealdade aos objectivos, colocando especial ênfase na qualidade das tarefas e das actividades que desempenham, foram atribuídos méritos excepcionais aos funcionários:

Manuel Máximo de Jesus Toito, consubstanciado na redução do tempo de serviço para efeitos de progressão ao escalão 5, correspondente ao índice 254, da categoria de operário principal da carreira de pedreiro, do grupo de pessoal operário qualificado.
 Licínio de Miranda Castelhana, consubstanciado na redução do tempo de serviço para efeitos de progressão ao escalão 5, correspondente ao índice 184, da categoria de operário, da carreira de pedreiro, do grupo de pessoal operário qualificado.
 João dos Santos Marques Oliveira, consubstanciado na redução do tempo de serviço para efeitos de progressão ao escalão 5, correspondente ao índice 254, da categoria de operário principal, da carreira de canalizador, do grupo de pessoal operário qualificado.
 Manuel Basílio Costa Cartaxo, consubstanciado na redução de tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira,